

Um Estado que não atrapalhe

Eduardo **CORREIO BRAZILIENSE**

Dizem que em um remoto ponto da Amazônia descobriu-se, anos atrás, uma nova espécie vegetal. Uma árvore que dava cédulas de cem dólares. E verdadeiras. Cultivando-as, os poucos moradores da região em dois anos estavam ricos, com direito a **champagne**, gravatas **Hermes** e vídeo-laser. Foi então que, animado com o potencial da descoberta, o Governo criou o Instituto Nacional das Árvores de Dólar, uma autarquia federal. Não deu outra: em menos de seis meses os mesmos camponeses locais estavam desorientados e endividados, batendo às portas do Banco do Brasil para implorar empréstimos e evitar que suas terras fossem tomadas por credores.

O governo Collor levou às últimas consequências, do ponto de vista verbal, a consciência que hoje quase todos os brasileiros têm de que o País não conta com um Instituto Nacional das Árvores de Dólar, mas com vários. Há, e ninguém duvida mais disso, enormes e vampírescas entidades governamentais que não só deixam de ajudar como ainda atrapalham o esforço de desenvolvimento nacional.

Se discurso bastasse, o governo Collor teria proporcionado ao País ao menos a satisfação de liberar-se de uma parte substancial desse peso. Mas não é com discursos que se governa. Apesar de toda a sua retórica neo-liberal, Collor marcou toda a sua gestão por frequentes e quase sempre intempestivas intervenções na economia, como assinala o deputado e ex-ministro Roberto Campos em diversas oportunidades. Aliás, o governo Collor começou com a mais brutal intervenção de que se tem notícia.

Desde os tempos da campanha de Tancredo Neves um importante segmento do empresariado cobra, antes de mais nada, a estabilidade das regras econômicas, como dado essencial da não-intervenção do Estado. Não se trata apenas de desmontar órgãos supér-

fluos, mesmo porque às vezes eles apenas refletem os interesses de setores determinados, mas de garantir que, contido, o intervencionismo estatal deixará de jogar contra. Em vez de atrapalhar com medidas atrabiliárias, permitir à economia fluir.

"O Brasil é uma nação curiosa: nós podemos até não estar fazendo nada, e mesmo assim o País cresce", comentava há dois dias, numa conversa informal, um importante ministro da área econômica. Estava, na verdade, pondo o dedo na ferida. A crítica mais frequente ao governo Itamar, nos grupos de interesse do Sul, que ainda o encaram de má vontade e também de parte da esquerda, é a de que se trata de uma administração inoperante.

E é justamente agora que a economia começa a crescer. Os ministros da Fazenda de Itamar, em especial Fernando Henrique Cardoso, primaram antes por consertar o aparato estatal do que por inchar órgãos estatais ou por sair baixando regulamentos. Os ministros indicam que, em sua visão, a economia até que vai bem, o Estado é que vai mal.

A propósito, avançou-se mais em termos de privatização, agora, do que na fase anterior. E faz tempo que não se toma uma medida econômica tão indolor quanto a retirada dos zeros do real, aliás cruzeiro. Enquanto isso, o Brasil voltou a crescer, como mostram os números; desde a importação até o consumo de energia, desde a indústria automobilística até a de embalagens. Esta, aliás, cresceu 35 por cento em um ano e, como não se tem registro de que se usem maciçamente embalagens para outra finalidade que não a de embalar outros produtos, pode-se supor que o crescimento seja geral.

O mais fácil é atribuir esta nova conjuntura à redefinição — agora tão efetiva quanto informal — do papel do Estado. Afinal, como já diziam nossas trisavós, muito ajuda quem não atrapalha.